



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Requerimento de informação

Solicita informações à Prefeitura de Juiz de Fora quanto a contratação de cooperativa para fornecimento de arroz orgânico.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas informações à Prefeitura de Juiz de Fora do Estado de Minas Gerais, a fim de que responda:

Considerando que a imprensa (especificamente, o jornal O Globo¹) noticiou a realização de um contrato fechado no mês de maio com uma cooperativa ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);

Considerando que houve compra de 19 mil quilos de arroz no valor unitário do pacote de 5kg de R\$ 46,06;

1. Por que a Prefeitura de Juiz de Fora optou por fechar um contrato com uma cooperativa ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para fornecer arroz orgânico para a merenda escolar da cidade?

¹ Link de acesso: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/07/prefeita-do-pt-vira-alvo-de-polemica-apos-gastar-r-818-mil-em-arroz-organico-de-cooperativa-ligada-ao-mst.ghtml> - acessado em 4.7.2023

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

2. Quais critérios foram considerados na escolha da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região Porto Alegre Ltda (Cootap) como fornecedora de arroz orgânico para a prefeitura?
3. Poderiam ser apresentados os detalhes do contrato, incluindo o valor total do contrato, a quantidade de arroz orgânico adquirido e o preço unitário de R\$ 43,06 por pacote de 5kg?
4. Como a prefeitura justifica o preço unitário de R\$ 43,06 para cada pacote de 5kg de arroz orgânico, considerando que existem opções mais baratas disponíveis nas mercearias locais?
5. A secretária de Agricultura e Abastecimento mencionou que o recurso utilizado na compra é oriundo do governo federal e destinado à agricultura familiar. Poderia ser fornecido mais detalhes sobre a origem desse recurso e como ele está sendo utilizado para a aquisição de produtos orgânicos?
6. A lei que determina a prioridade de compra dos assentamentos da reforma agrária e de produtos orgânicos foi integralmente seguida no processo de contratação da cooperativa do MST? Houve outras empresas ou cooperativas consideradas para o fornecimento de arroz orgânico?
7. A prefeitura considerou realizar uma análise comparativa de preços entre diferentes fornecedores antes de fechar o contrato com a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região Porto Alegre Ltda (Cootap)? Em caso afirmativo, quais foram os critérios e resultados dessa análise?
8. Existe algum plano da prefeitura para garantir a transparência e a fiscalização dos contratos firmados com cooperativas ou empresas para o fornecimento de alimentos para a merenda escolar? Como é garantido que os recursos públicos estão sendo utilizados de maneira eficiente nesse processo?
9. A prefeita Margarida Salomão pertence ao Partido dos Trabalhadores (PT), que tem uma relação direta com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagui

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232508096800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Como a prefeitura garante que a escolha da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região Porto Alegre Ltda (Cootap) para fornecer arroz orgânico para a merenda escolar foi baseada em critérios imparciais e objetivos?

10. Há registros de contratos anteriores entre a prefeitura e cooperativas ou empresas ligadas ao MST? Caso existam, qual é a explicação para essa recorrência? Como a prefeitura garante a transparência e a imparcialidade nesses casos?

Justificação

O pedido de informação justifica-se pelo fato de que a imprensa não possui acesso completo às informações relativas à compra, assim não há certeza quanto à eficiência do contrato da realizado.

Nesse sentido, levando em consideração o princípio da publicidade dos contratos, solicita-se o encaminhamento dos dados completos relativos à compra.

Dado o exposto e com o intuito de se esclarecer a verdade dos fatos na busca de se garantir o interesse público coletivo, os princípios da publicidade e probidade da administração pública requeiro as informações das perguntas expostas nesse requerimento sobre as compras realizadas pela prefeita de Juiz de Fora.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 2023.

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagui

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232508096800>

